



Informações Gerais

Data: 13.12.2021

Horário: 09h às 12h

Local: Ambiente Virtual

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

1. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2021-2026, a considerar os indicadores estratégicos iniciais do ano de 2021.

2. Pauta

- 3.1. Estratégia Nacional 2021-2026;
- 3.2. Mapa Estratégico do TJAP e Indicadores;
- 3.3. Metas Nacionais 2021;
- 3.4. O que ocorrer.

Comentários:

A RAE foi realizada excepcionalmente de forma híbrida – presencial e virtual, com todos os cuidados de isolamento social, ante a pandemia da Covid-19. Ressalta-se que a 17ª RAE estava prevista para ocorrer no dia 19/11/2021, entretanto, em virtude da indisponibilidade de alguns membros do Comitê de Gestão Estratégica, impossibilitou a realização da reunião, sendo remarcada para a data 13/12/2021. Após a saudação de abertura da 17ª Reunião de Análise Estratégica do TJAP, única de 2021, pelo Des. **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, Presidente da Corte, a condução da apresentação foi feita pelo servidor **CARLSON UCHÔA PINTO** do Núcleo de Estatística/ASPLAN que fez leitura da pauta e ressaltou sobre o novo ciclo do Planejamento Estratégico, informando que serão apresentadas as definições para os próximos cinco anos, além dos resultados já obtidos em alguns indicadores Institucionais somente. Logo em seguida passou a palavra ao servidor da ASPLAN **JOB DUARTE MORAES**, passou a explicar os itens pautados:

Item 3.1 da pauta: Estratégia Nacional 2021-2026:



No que tange a estratégia nacional, a partir da **Resolução 325/2020-CNJ** ficou definido que os Tribunais de Justiça do País terão que acompanhar ou fazer desdobramentos necessários através de seus Planejamentos Estratégicos, ficando definido como atributos de valor o que o Poder judiciário Nacional vem entregando a sociedade, são eles: Acessibilidade, Agilidade, Credibilidade, Eficiência, Ética, Imparcialidade entre outros. Informou ainda, sobre a existência de três perspectivas importantes de serem ressaltadas: primeiramente **Aprendizado e Crescimento** que define sobre recursos a serem gerenciados e pessoas lideradas, segundo **Processos Internos** que vai trabalhar a eficiência demonstrando quanto cada Tribunal de Justiça esta pronto para entregar um serviço de qualidade à sociedade e por fim a **Sociedade**, sendo essa quem define se os resultados estão adequados.

Item 3.2 Mapa Estratégico do TJAP e Indicadores:

Com base nessas informações o TJAP criou o seu planejamento estratégico, informando que na estratégia nacional os itens aprendizado e conhecimento, processos internos e sociedade são chamados de macro desafios, já na estratégia do TJAP foram denominados de objetivos estratégicos sendo os mesmos objetivos. Informou ainda, que o TJAP inovou criando dois objetivos estratégicos no item processos internos, que são Comunicação Eficaz e Transformação Digital, a fim de que o tribunal trabalhe efetivamente esse processo de mudança que ocorre na justiça do estado do Amapá. Complementou que o item Aprendizado e Crescimento tem o objetivo de investir em pessoas não só na qualificação, mas no desenvolvimento desses servidores para ocuparem cargos futuros. Quanto a Processos Internos se trata da eficiência de quanto este Tribunal pode produzir mais com menos, além da eficácia para conseguir atingir nossas próprias metas. Sobre a perspectiva Sociedade trás a informação de como a população nos enxerga, se estamos entregando de fato uma prestação jurisdicional de resultado, tudo isso pode ser identificado através dos valores, que este TJAP se compromete a entregar para a sociedade que são Acessibilidade, Agilidade, Eficiência e ética entre outros. Destacou que até 2026 o TJAP prometeu entregar para sociedade uma missão garantindo uma justiça rápida, eficiente e sustentável, e para medir como isso irá se realizar temos desempenhos que serão apresentados em indicadores. Em seguida, o Assessor de Planejamento e Organização **JOÃO TRAJANO** realizou o seguinte questionamento em nome do Des. **JOÃO LAGES**: por que somente agora estava sendo realizada a RAE? O servidor da ASPLAN **JOB DUARTE** esclareceu que no período de pandemia a resolução nº **325/2020-CNJ** permitiu aos tribunais que elaborassem seus Planos de Gestão Estratégica até junho de 2021, e assim vários tribunais tiveram que se adequar. O TJAP finalizou o seu plano no prazo estabelecido. Infelizmente o efeito da pandemia atrapalhou o planejamento de realizar as 03 (três) reuniões de planejamento estratégico previsto para o exercício 2021, no entanto não se realizou em decorrência da própria resolução permitir a não realização das reuniões. Informou ainda que



esta sendo realizada a primeira agora, a segunda será em fevereiro de 2022, já com resultado do desempenho do ano de 2021, a terceira em maio de 2022, e a quarta reunião a definir será realizada atendendo plenamente todas as normativas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Em seguida o servidor **CARLSON UCHÔA**, do Núcleo de Estatística/ASPLAN, iniciou a apresentação sobre o desempenho dos Indicadores, informando que as cores Verde, Amarelo e Vermelho indicam a situação do alcance da meta, isto é: VERDE – o resultado da meta for maior ou igual a 90%; AMARELO – o resultado da meta for maior ou igual a 60% e menor que 90%; VERMELHO – resultado da meta for menor que 60%. Já o indicador na cor BRANCA significa que ainda não temos dados para apresentar, em virtude de os indicadores estarem em construção. Complementou informando que, nesta reunião, para cada indicador teremos o nome da unidade responsável, sendo que na próxima RAE serão apresentados os gerentes de cada projeto.

No Aprendizado e Crescimento e Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal, nos temos 4 (quatro) indicadores, que são: **Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento; Tempo Médio das Decisões em Execução Penal; Tempo Médio de julgamento em Primeira Instancia de Processos Provisórios e Taxa de Encarceramento**. Por enquanto só temos alcançado a meta estabelecida para o Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento, com dados fechados até setembro do ano de 2021. Neste indicador ficou estabelecida a meta para 2021 em 23,1 meses, sendo que já estamos em 25, então a meta já foi atingida. Com relação aos outros 03 (três) indicadores estamos dependendo de informações do SEEU, CNJ e BNPM, respectivamente.

Para o Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, temos a ASPLAN controlando 02 (dois) indicadores que são: **Tempo Médio de Processo Administrativo e Índice de Desempenho do Órgão no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”**. Com relação à meta estabelecida no primeiro indicador informou que esta já foi batida, pois a meta era de 50 (cinquenta) dias e, levando em consideração o período apurado até o 1º primeiro semestre, alcançamos 52 (cinquenta e dois) dias. Quanto ao segundo indicador a meta também foi batida, pois estava estabelecida em 75% e foi alcançada em 67%, sendo este índice já apresentado pelo prêmio CNJ. Para o Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas temos a EJAP com 02 (dois) indicadores sendo Índice de Capacitação de Magistrados e Índice de Capacitação de Servidores, tendo as seguintes metas estabelecidas: 83% para Magistrados, tendo sido alcançado 51% e para Servidores tinha a meta de 49%, e foi obtido resultado apurado de 38% dos servidores capacitados. Foi concedida a palavra à servidora **MARIA DE JESUS, da Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento de Pessoal – DEGESP**, que iniciou a apresentação dos dados referentes aos indicadores vinculados ao DEGESP de Absenteísmo-Doença e



Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho, informando que esses indicadores estão descritos no anexo da Resolução da Sustentabilidade. Quanto ao primeiro indicador, o percentual está positivo em 1,10% devido uma redução da apresentação de atestados médicos pelo fato da maioria dos servidores estarem atuando em trabalho remoto, por isso a diminuição considerável, uma vez que a fórmula deste indicador é calculada em cima do número de ausência pelo numero de dias trabalhados de magistrados e servidores. O segundo indicador ficou comprometido pelo fato de que no 1º semestre não houve ações de qualidade de vida dos servidores, já que estes se encontravam em home Office, então as ações foram totalmente reduzidas por conta do período pandêmico. Para o **Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira o DEFIN** é responsável por 03 (três) indicadores, sendo eles: Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias, Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias e Índice de Execução das Dotações para Projetos. Ressaltou que o primeiro indicador teve metas estabelecidas no percentual de 85% e tendo obtido resultado de 86%, batendo a meta estabelecida. Quanto ao segundo indicador, teve meta definida em 80% e alcançou 59%. Por fim, o último indicador teve metas de 95% e alcançou somente 49%, destacando que em todos os índices se levou em consideração a posição de setembro de 2021.

Foi concedida a palavra ao Servidor **AUGUSTO CESAR da ASPLAN**, que explicou que o alcance do Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias trata-se de despesas com gastos constitucionais legais, como execução da folha de pagamento, despesas com auxilio alimentação e encargos previdenciários, que são despesas mensais. Quanto ao segundo indicador se trata de despesas cuja administração do órgão decide se pode gastar ou não, de caráter não compulsório. Já o último indicador são despesas somente com investimento e de caráter discricionário referente aos projetos em andamento, como por exemplo: convênios, obras, aquisição de veículos, ou seja, material permanente cuja despesa necessita de licitação.

O **Assessor de Planejamento e membro do Comitê JOÃO TRAJANO** complementou com relação aos recursos vinculados a investimentos, informando que a maioria se trata de recurso com Convênio Federal, sendo que todos estão vinculados a licitações em andamento, é que na próxima reunião já teremos o exercício de 2021 encerrado, portanto com uma posição mais precisa.

Em seguida o **Juiz de Direito e Membro do Comitê Dr. NILTON BIANQUINI** enfatizou a importância de acompanhar esses indicadores, por se tratar de índices que demonstram o poder e nível de capacidade de execução dessas despesas do TJAP.

Dando continuidade o servidor **CARLSON UCHÔA** do Núcleo de Estatística/ASPLAN, abordou sobre o **Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados** que possui 2 (dois) indicadores sendo eles: **Percentual de Casos Eletrônicos sobre Acervo Total** e **IGovTIC – JUD**. Informou que a



coleta de dados e envio para Justiça e Números estava seguindo premissas equivocadas referentes ao acervo de processos eletrônicos, por isso o percentual atingido de 83% estava abaixo da meta estabelecida de 100%. Informou ainda, que os dados referentes ao 1º semestre de 2021 estavam inconsistentes, e que as informações serão corrigidas considerando os dados do 2º semestre de 2021. Quanto ao **IGovTIC – JUD** se obteve 57% dos 81% da meta estabelecida, refletindo o resultado já do Prêmio Justiça em Números. O Diretor da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica - SGPE **ADELSON MARQUES** explicou que este indicador trata de demandas vinculadas a **Resolução 370-2021-CNJ**, a qual estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário que traz informações sobre Governança de TI.

Em seguida o servidor **CARLSON UCHÔA** passou a apresentar informações sobre **Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional**, a qual possui 04 (quatro) indicadores vinculados e de responsabilidade de acompanhamento da Corregedoria Geral de Justiça sendo eles: **Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais, Taxa de Congestionamento Liquida-exceto Execuções Fiscais, Índice de Atendimento á Demanda e Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes**. Com relação às metas estabelecidas e alcançadas dos indicadores acima, ressaltou que todos atingiram e bateram às metas, exceto o **Índice de Atendimento á Demanda** não alcançado até o mês de setembro de 2021, período apurado. Ressaltou que devido ao não alcance desta meta o TJAP não obteve pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade.

O **Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria e Membro do Comitê ANDRE GONÇALVES** registrou a necessidade e importância de se montar estratégia de trabalho no que tange a realizações de reuniões de trabalho a partir de janeiro de 2022, pelo menos a cada 15 (quinze) dias, tendo como objetivo acompanhar a evolução dos indicadores, podendo ter oportunidade de agir de forma pontual se necessário para ajudar a corrigir eventuais falhas.

O servidor **CARLSON UCHÔA** prosseguiu informando que sobre **Enfrentamento á Corrupção e á Improbidade Administrativa** existem 03 (três) indicadores definidos que são: **Tempo de Tramitação de Processos Administrativos Disciplinares; Índice de Prescrição; e Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais**, ressaltou que os referidos indicadores se encontram em construção quanto a melhor forma de coleta de dados e informações necessárias.

Quanto a **Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos** foram definidos os seguintes indicadores: **Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs** com meta estabelecida em 40% das audiências encaminhadas ao Centro Judiciário, tendo alcançado até o período apurado 33,22%, já o **Índices de Casos Remetidos para a Câmara de Conciliação/Mediação** teve sua meta definida 10% por



se tratar de indicador novo recentemente criado e tendo já alcançado 10,94% dos casos, quanto ao **Índice de Realização de Audiências do Artigo 334 do CPC** teve sua meta em 10%, tendo alcançado 9,66%. Quanto ao último indicador que trata de **Índice de Conciliação** da meta projetada em 12% foram atingidos 9,1%. Ressaltou que esses indicadores tiveram suas metas estabelecidas de forma simples, para ter acompanhamento quanto à evolução nos exercício seguintes e futuramente estabelecer metas mais arrojadas. Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios possui 03 (três) indicadores sendo eles: **Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado /ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese; Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de resolução de demandas repetitivas; e tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de assunção de competência**, ressaltando que todos têm o NUGEP como unidade responsável e estão em construção no Núcleo de Estatística que aguardam dados, informou que já tem conhecimento de recebimento pelo DESIS de algumas informações e que na próxima reunião já serão apresentados dados para este indicador.

Passou a explicar sobre **Promoção da Sustentabilidade**, a qual possui somente o indicador de **Índice de Desempenho de Sustentabilidade**, tendo a ASPLAN como unidade responsável. Por enquanto a meta estabelecida é de 30% e não tem resultado alcançado, pois depende de Relatório Anual do CNJ que só sairá em dezembro de 2021 e apresentará informações de Tribunais de todo o País.

Deu prosseguimento falando sobre a **Transformação Digital** com os indicadores **Índices de automação de processo de trabalho** que teve sua meta estabelecida em 10% e alcançou no período apurado 8%. Já no **Índice de simplificação de processos**, que se trata da segunda fase do processo de trabalho, teve meta estabelecida em 12% e atingiu 8% e o **Índice de processos na nuvem**, que tem como objetivo o armazenamento dos processos *nas nuvens* e teve meta estabelecida para 2021 em 5%, **ressaltou que** tem como setor responsável, respectivamente, a ASPLAN/DESI e Gabinete Auxiliar da Presidência/SGPE.

Em seguida apresentou sobre **Garantia dos Direitos Fundamentais** que possui 02 (dois) indicadores que são **Tempo Médio da sentença de primeiro grau e Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça**, o qual ficou definido como unidade responsável o Gabinete do Juiz Auxiliar da Corregedoria. Ressaltou que somente o primeiro indicador teve meta estabelecida de 475 dias de tempo médio para 2021 e alcançando um resultado até setembro de 2021 de 570 dias, observou que a meta para exercícios seguintes é reduzir em 20 (vinte) dias o tempo médio para cada ano de trabalho. Quanto ao segundo indicador, os dados não foram apresentados, pois os mesmos se encontram em fase de construção no Núcleo de Estatística e na próxima reunião já teremos informações.



Quanto ao Fortalecimento da relação Institucional do Judiciário com a Sociedade, informou que ficaram definidos os seguintes indicadores: Índice de Qualidade do atendimento, Índice de Transparência e Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário este não teve nenhum dado apontado, pois se encontra em fase de construção. Complementou que os outros indicadores tratam de pesquisas. O Índice de Qualidade do Atendimento é feito através de pesquisa no fórum e em todas as comarcas, na qual os estagiários fazem levantamento dos dados com cada jurisdicionado que busca atendimento.

Quanto ao Índice de Transparência a SGPE informou que no exercício de 2018 o resultado obtido ficou em 56%, em 2019 o CNJ mudou a fórmula de cálculo e alcançamos o percentual de 76%. Em 2020, com as novas adequações estabelecidas subiu para 82%. Já no exercício de 2021 atingiu a meta estabelecida alcançando o resultado de 96% neste item.

Em seguida o servidor DANIEL BALIEIRO explicou o motivo do TJAP não ter alcançado 100% no indicador de Índice de Transparência em 2021, ressaltando que o CNJ vem cobrando comprovações mais detalhadas dos critérios de avaliação e desde 2018 a SGPE trabalha a qualidade das informações repassadas pelas unidades, a fim de melhorar o resultado e chegar a 100% nos próximos anos. Informou ainda que no ranking da transparência de 2021, entre os tribunais estaduais, o TJAP ocupou a 7ª posição.

Com relação ao índice de qualidade do atendimento, o Diretor da ASPLAN, JOÃO TRAJANO, ressaltou que diante da evolução do Justiça 4.0 e a mudança da forma de atendimento ao jurisdicionado, precisamos repensar a forma de realizar a pesquisa voltando-a também para o público virtual, pois tem diminuído consideravelmente o número de pessoas que tem adentrado às nossas Comarcas e aos nossos Fóruns. A servidora ADRIANA CARVALHO, da ASPLAN, acrescentou que em 2020 a pesquisa foi realizada de forma virtual, mas não tivemos adesão, uma vez que poucos jurisdicionados responderam os questionários e assim algumas comarcas não apresentaram o número mínimo de pesquisa, por isso não foi apresentado resultado nesse ano.

Em seguida, o servidor CARLSON UCHÔA retornou à apresentação informando que o indicador Aperfeiçoamento da Comunicação está em construção no núcleo de Estatística que, em parceria com o TJSE, busca a definição dos parâmetros corretos desse indicador.

Quanto ao item 3 da pauta – Metas Nacional 2021 – foi apresentado o resultado parcial, até outubro de 2021, no qual superamos a Meta 01 – Julgar mais que Distribuídos (em 6,07%), Meta 02 – Julgar os mais Antigos 1º Grau (em 13,64%), Meta 02 – Julgar os mais Antigos 2º Grau (em 21,25%), Meta 02 – Julgar os mais Antigos JE (em 10,27%), Meta 02 – Julgar os mais Antigos TR (em 10,75%), Meta 04 – Crimes contra a Adm. Pública (em 15,63%), Meta 06 – Julgar as ações Colet. 1º Grau (em 47,16%), Meta 06 – Julgar as ações Colet. 2º Grau (em 12,65%), Meta 08 – Femicídio (em 33,33%) e Meta 08 – Violência



Doméstica (em 20,87%). As metas que ainda não foram alcançadas e precisam ser observadas são: Meta 03 – Estimular a Conciliação (em -18,84% para atingir 100%), considerando que ainda não tem o resultado da Semana da Conciliação, Meta 05 – Reduzir Taxa de Congestionamento (em - 4,64% para atingir -2 %), Meta 09 – Integrar a Agenda 2030 (-100%), Meta 11 – Processos Eletrônicos (-100%) e Meta 12 – Impulsionar Proc Ambientais (-100%). Ressaltou que essas três últimas metas não estavam sendo informadas no painel do CNJ, mas a informação já foi atualizada no painel e na próxima RAE os dados estarão diferentes. Em seguida o servidor ADELSON MARQUES informou que o painel do tribunal mostra que na Meta 04 – Improbidade Administrativa estamos com 83,82% de cumprimento no 1º Grau e 142,86% no 2º Grau e no geral 88,53% dos 70% da meta.

Após, o servidor CARLSON UCHÔA apresentou a Agenda RAE para 2022 : XVIII RAE – 18 de fevereiro de 2022; XIX RAE – 20 de maio de 2022; XX RAE – 19 de agosto de 2022 e XXI RAE – 18 de novembro de 2022, e frisou que essas datas podem ser readequadas , caso necessário.

Nas considerações finais, o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. NILTON BIANQUINI, parabenizou a todos pela apresentação, contudo, lamentou a ausência de alguns agentes, devido à alteração do link de acesso à reunião sem prévia comunicação aos participantes, que poderiam responder algumas perguntas que surgiram durante a apresentação, e solicitou organização para evitarmos esse tipo de episódio nos próximos encontros. Na sequência, o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. ANDRÉ GONÇALVES, recebeu a palavra, parabenizou a equipe da ASPLAN pela condução da apresentação e deixou registrada a vontade de fortalecer a parceria Corregedoria e ASPLAN, no sentido de realizar reuniões a cada 15 dias de acompanhamento das metas.

O Presidente do TJAP, Des. ROMMEL ARAUJO parabenizou a todos o Reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça, através do Selo Ouro 2021, pelo trabalho desempenhado por todos os serventuários deste Tribunal. Ressaltou que no início a análise desses índices era feito tudo de forma amadora e hoje cada vez mais estamos profissionalizando, buscando soluções e conseguindo atingir bons níveis sobre acompanhamento desses indicadores. Essa conscientização é fruto do trabalho realizado por toda área técnica e Núcleo de Estatística deste Tribunal. Ratificou que esta gestão visa vencer um novo desafio, que é chegarmos ao prêmio Diamante. Não havendo nada mais a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.